

EDUCAÇÃO
V.13 • N.1 • 2026 • Publicação Contínua

ISSN Digital: 2316-3828
ISSN Impresso: 2316-333X
DOI: 10.17564/2316-3828.2026v13n2p170-184



ASPECTOS PSICOSSOCIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL SOBRE DESAFIOS E AÇÕES DE APOIO AO ESTUDANTE NOS INSTITUTOS FEDERAIS

PSYCHOSOCIAL ASPECTS IN PROFESSIONAL AND
TECHNOLOGICAL EDUCATION: A BIBLIOGRAPHIC AND
DOCUMENTARY STUDY ON CHALLENGES AND STUDENT
SUPPORT ACTIONS IN THE FEDERAL INSTITUTES

ASPECTOS PSICOSOCIALES EN LA EDUCACIÓN PROFESIONAL
Y TECNOLÓGICA: UN ESTUDIO BIBLIOGRÁFICO Y DOCUMENTAL
SOBRE LOS RETOS Y LAS ACCIONES DE APOYO A LOS
ESTUDIANTES EN LOS INSTITUTOS FEDERALES

Jorge Luiz Chaves Bandeira¹
Thayane Bandeira Girão²
Carla Katarina de Monteiro Marques³

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os aspectos psicossociais que influenciam a trajetória de estudantes da Educação Profissional e Tecnológica, identificando desafios enfrentados e ações de apoio implementadas pelas instituições de ensino. A pesquisa se caracteriza como bibliográfica e documental, com base em literatura especializada, legislações, relatórios institucionais e documentos oficiais, buscando compreender a complexidade da formação profissional no contexto brasileiro. Os resultados evidenciam a importância de estratégias integradas de suporte psicológico, pedagógico e social, promovendo a permanência, o engajamento e o sucesso acadêmico dos estudantes. Este estudo contribui para a reflexão sobre políticas educacionais e práticas institucionais, reforçando a necessidade de abordagens que considerem tanto o desenvolvimento cognitivo quanto os aspectos emocionais e sociais do estudante.

PALAVRAS-CHAVE

Aspectos psicossociais; Educação profissional; Educação tecnológica; Apoio ao estudante; Desafios educacionais.

ABSTRACT

This study aims to analyze the psychosocial aspects that influence the trajectory of students in Professional and Technological Education, identifying the challenges they face and the support actions implemented by educational institutions. The research is characterized as bibliographic and documentary, based on specialized literature, legislation, institutional reports, and official documents, seeking to understand the complexity of professional training in the Brazilian context. The results highlight the importance of integrated psychological, pedagogical, and social support strategies, promoting student retention, engagement, and academic success. This study contributes to the reflection on educational policies and institutional practices, reinforcing the need for approaches that consider both the cognitive development and the emotional and social aspects of students.

KEYWORDS

Psychosocial aspects; Professional education; Technological education; Student support; Educational challenges.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar los aspectos psicosociales que influyen en la trayectoria de los estudiantes de Formación Profesional y Tecnológica, identificando los retos que enfrentan y las acciones de apoyo implementadas por las instituciones educativas. La investigación se caracteriza por su carácter bibliográfico y documental, basada en literatura especializada, legislación, informes institucionales y documentos oficiales, con el fin de comprender la complejidad de la formación profesional en el contexto brasileño. Los resultados resaltan la importancia de estrategias integradas de apoyo psicológico, pedagógico y social, que promuevan la permanencia, el compromiso y el éxito académico de los estudiantes. Este estudio contribuye a la reflexión sobre las políticas educativas y las prácticas institucionales, reforzando la necesidad de enfoques que consideren tanto el desarrollo cognitivo como los aspectos emocionales y sociales del estudiante.

PALABRAS CLAVE

Aspectos psicosociales; Formación profesional; Formación tecnológica; Apoyo al estudiante; Retos educativos.

1 INTRODUÇÃO

A educação contemporânea encontra-se inserida em um contexto de profundas transformações sociais, políticas e econômicas, no qual a instituição escolar desempenha papéis que transcendem a mera transmissão de conteúdos curriculares. Nesse cenário, a psicologia escolar surge como campo de atuação fundamental, voltado à compreensão das experiências estudantis e das dinâmicas de subjetivação que se constituem no cotidiano escolar (Cardoso; Oliveira, 2019; Fonseca; Negreiros, 2021).

O presente artigo analisa os aspectos psicossociais e as ações de apoio ao estudante no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, delimitando-se ao contexto institucional dos Institutos Federais. Nestas instituições, a presença do psicólogo não se limita à intervenção clínica, mas articula-se com dimensões éticas, políticas e culturais, configurando-se como instrumento de emancipação e de suporte à permanência e ao êxito acadêmico (Adorno, 1995; Chauí, 2006).

A discussão sobre educação e emancipação, baseada na obra de Adorno (1995), enfatiza a importância da formação de sujeitos críticos e conscientes de seu contexto social. Horkheimer e Adorno (2006) evidenciam a influência das estruturas de poder na produção do conhecimento e no papel social da educação, apontando para a necessidade de práticas educativas que contemplem a dimensão ética e emancipatória do ensino. A crise contemporânea da educação, analisada por Arendt (1972), reforça a necessidade de repensar o lugar da escola e da intervenção profissional diante de contextos marcados pela exclusão, desigualdade e precarização do ensino (Arendt, 1972; Ferretti, 1980).

No âmbito da educação profissional e tecnológica, a expansão dos Institutos Federais (IF) e o modelo de ensino integrado ao ensino médio têm suscitado debates sobre práticas pedagógicas, inserção de profissionais de psicologia e articulação entre ensino, pesquisa e extensão (Ferreira; Campos; Lima, 2017; Koehler; Prediger, 2017; Daros, 2019). A atuação do psicólogo escolar nesses contextos é permeada por desafios éticos, organizacionais e de formação acadêmica, considerando a necessidade de práticas críticas, enfrentamento às medicalizações do processo educativo e mediação integral das dificuldades escolares (Cabral; Sawaya, 2001; Fonseca, 2018; Souza, 2015).

A influência do neoliberalismo sobre a educação tem sido identificada como fator determinante na configuração das políticas públicas e das relações de trabalho na escola (Andrade, 2019; Dardot; Laval, 2016; Safatle, 2021). Práticas pautadas pela competitividade, privatização e gestão por indicadores transformam a escola em espaço de regulação social, exigindo que profissionais da educação e da psicologia escolar adotem estratégias de intervenção que promovam cidadania, equidade e reflexão crítica frente ao modelo de educação mercantilizada (Catini, 2020; Gentili, 2000; Ezpeleta; Rockwell, 1989).

No contexto brasileiro, a legislação referente à educação profissional e tecnológica, incluindo a Lei nº 11.091/2005, a Lei nº 11.352/2006 e a Lei nº 11.892/2008, estabelece marcos normativos para a organização dos IFs, definindo responsabilidades de docentes e técnicos-administrativos e consolidando o papel das instituições na garantia do direito à educação básica e à formação profissional (BRASIL, 2005a, 2006, 2008). Complementarmente, resoluções institucionais, planos de desenvolvimento e relatórios de gestão das unidades dos IFs reforçam o compromisso com uma educação inclusiva, democrática e orientada por princípios éticos (Instituto [...], 2014, 2015, 2019, 2021).

A atuação do psicólogo escolar nos IF envolve a compreensão das dimensões subjetivas da escolarização e dos processos de construção de identidade estudantil, articulando conhecimentos de psicologia com práticas pedagógicas críticas capazes de responder às demandas do ensino técnico integrado ao médio, às questões de evasão e às políticas de assistência estudantil (Pereira, 2017; Gandelman, 2020; Ferraro, 2004; David, 2017). Tal abordagem interdisciplinar permite não apenas a intervenção em situações de queixas escolares, mas também a promoção de estratégias coletivas de ensino-aprendizagem que considerem a diversidade social, cultural e econômica dos estudantes (Almeida; Oliveira; Seixas, 2021; Alves, 2019; Bayer, 2021).

A literatura sobre psicologia escolar evidencia que o trabalho do psicólogo na educação profissional não é homogêneo, mas constituído a partir de diferentes concepções teóricas, metodologias e contextos institucionais (Jorge, 2017; Loureiro, 1997; Machado, 2003, 2023). A análise das práticas institucionais e das experiências vividas por docentes e estudantes permite compreender a complexidade das relações de ensino e aprendizagem, bem como os impactos das políticas educacionais, da organização escolar e das condições de trabalho sobre a formação humana integral (Bohoslavsky, 1997; Leite, 1997; Collares; Moysés, 2015).

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de aprofundar estudos que articulem teoria e prática da psicologia escolar, por meio do levantamento e da análise de produções que discutam estratégias de intervenção voltadas à promoção de uma educação crítica, ética e inclusiva no contexto dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O presente estudo tem como objetivo analisar as discussões teóricas e normativas sobre a atuação do psicólogo escolar nos Institutos Federais, identificando, a partir da literatura especializada e de documentos institucionais, suas práticas pedagógicas, desafios éticos e impactos na promoção da aprendizagem significativa e da formação integral dos estudantes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTEXTO, DESAFIOS E ASPECTOS PSICOSSOCIAIS NA EPT

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil consolidou-se como uma estratégia fundamental de desenvolvimento econômico, visando a formação de mão de obra qualificada em consonância com as demandas produtivas contemporâneas (Brasil, 2008). Esta modalidade educativa busca integrar o conhecimento técnico ao científico, permitindo que o estudante desenvolva competências necessárias para a atuação em cenários laborais complexos e de constante transformação tecnológica (Dias, 2018).

No entanto, a trajetória dos estudantes na EPT é marcada por desafios estruturais que transcendem os limites da sala de aula, envolvendo a necessidade de conciliar uma carga horária extensiva com as pressões de inserção no mercado de trabalho (Almeida; Oliveira; Seixas, 2021). A diversidade do perfil discente exige que as instituições compreendam as vulnerabilidades socioeconômicas como

fatores determinantes que interferem diretamente na capacidade cognitiva e no engajamento acadêmico dos alunos (Cruz, 2022).

Os aspectos psicossociais surgem, nesse cenário, como elementos centrais na análise do processo de ensino-aprendizagem, englobando tanto as dimensões emocionais quanto as complexas relações interpessoais estabelecidas no cotidiano escolar (Alves, 2019). A experiência subjetiva do aluno, influenciada por sua autopercepção e capacidade de resiliência, atua como uma mediadora essencial entre o conteúdo pedagógico e a efetiva apropriação do conhecimento técnico e científico (Cardoso; Oliveira, 2019).

A literatura especializada aponta que a evasão escolar na rede profissionalizante é frequentemente impulsionada por sentimentos de desamparo e baixa autoestima, que podem ser exacerbados pela dificuldade de adaptação às altas exigências do ensino técnico (Piaget, 1976). Nesse sentido, o suporte psicossocial não deve ser visto como uma ação periférica, mas como parte integrante da estrutura curricular que sustenta o desenvolvimento humano integral (Vygotsky, 1998).

O impacto das políticas neoliberais na educação também reflete na precarização das relações escolares, onde a lógica da competitividade e da produtividade muitas vezes se sobrepõe à formação crítica e solidária do cidadão (Andrade, 2019). Esse panorama exige que a psicologia escolar atue na contramão da mera regulação social, promovendo espaços de escuta qualificada que validem as singularidades discentes diante da padronização institucional (Safatle, 2021).

A atuação do psicólogo escolar nos Institutos Federais (IF) diferencia-se de outros contextos educativos pela necessidade premente de articular a saúde mental com a formação para o mundo do trabalho (Ferreira; Campos; Lima, 2017). A intervenção crítica busca desconstruir a ideia de que o sucesso ou o fracasso dependem exclusivamente do esforço individual, contextualizando os obstáculos na própria estrutura de desigualdade social (Koehler; Prediger, 2017).

Além disso, a crescente medicalização do processo educativo tem se tornado um desafio, onde dificuldades de aprendizagem são rapidamente rotuladas como patologias individuais, ignorando causas psicossociais e falhas pedagógicas (Collares; Moysés, 2015). O papel da equipe multidisciplinar é fundamental para despatologizar o cotidiano escolar e oferecer estratégias de ensino que respeitem a diversidade de ritmos e estilos de aprendizagem dos estudantes (Fonseca, 2018).

A construção da identidade estudantil durante a adolescência, período em que a maioria dos discentes ingressa no ensino técnico, é perpassada por conflitos de escolha profissional e pressões familiares (Bohoslavsky, 1997). A escola torna-se, portanto, um palco de negociações constantes entre os desejos subjetivos do jovem e as expectativas objetivas de uma sociedade cada vez mais tecnocrata (David, 2017).

A articulação entre as bases normativas dos Institutos Federais e a prática pedagógica cotidiana revela que a garantia do direito à educação integral depende da superação da dicotomia histórica entre o saber fazer e o saber ser (BRASIL, 2005a). A promoção de um ambiente acolhedor e psicologicamente seguro é o que permite a transformação da informação técnica em conhecimento emancipatório, crítico e verdadeiramente transformador (Paiva, 2019).

2.2 POLÍTICAS DE APOIO E A INTEGRAÇÃO AO DESEMPENHO ACADÊMICO

A implementação de políticas institucionais de apoio ao estudante no âmbito dos Institutos Federais visa não apenas a permanência física, mas a qualidade da vivência acadêmica e o sucesso formativo (BRASIL, 2008). Tais políticas reconhecem que o suporte material básico deve vir acompanhado de amparo pedagógico e psicológico para garantir a equidade no acesso e na conclusão dos cursos (Instituto [...] 2014).

Programas de acompanhamento sistemático, como as ações de orientação educacional, proporcionam ao estudante ferramentas de autogerenciamento que são cruciais para lidar com a densidade dos currículos integrados e a extensa jornada escolar (Alves, 2019). Quando o aluno se percebe amparado pela rede institucional, sua capacidade de enfrentar desafios acadêmicos severos aumenta, refletindo-se diretamente na melhoria dos indicadores de rendimento e na redução da retenção (Dias, 2018).

Dentre as estratégias de sucesso reconhecidas pela literatura, destacam-se a tutoria e a mentoria, conceitos que, embora correlatos, possuem funções e metodologias distintas no suporte ao discente (Vygotsky, 1998). A tutoria foca primordialmente no suporte pedagógico e na superação de lacunas de aprendizagem em componentes curriculares específicos, servindo como uma ponte cognitiva necessária entre o aluno e o conteúdo técnico (Cruz, 2022).

Já a mentoria assume um caráter mais abrangente, relacional e aspiracional, focando no desenvolvimento de competências socioemocionais e na adaptação cultural ao ambiente da educação profissional (Almeida; Oliveira; Seixas, 2021). Através da troca de experiências com mentores veteranos ou profissionais da área, o estudante fortalece seu sentimento de pertencimento institucional e clarifica suas metas de carreira dentro da estrutura da rede federal (Pereira, 2017).

A literatura científica corrobora que a presença de redes de apoio psicossocial reduz significativamente os índices de ansiedade e episódios depressivos entre estudantes que sofrem com o esgotamento decorrente da alta carga horária (Cardoso; Oliveira, 2019). O suporte entre pares, incentivado por meio de atividades coletivas e grupos de escuta, cria um clima escolar colaborativo que mitiga o isolamento social e fortalece os vínculos afetivos (Gandelman, 2020).

A formação contínua de docentes e técnicos-administrativos para a identificação precoce de vulnerabilidades psicossociais é outra frente indispensável nas políticas de suporte institucional (Freire, 2018). Quando o professor compreende as dimensões afetivas e sociais envolvidas no processo de erro e acerto, sua prática pedagógica deixa de ser meramente avaliativa para tornar-se um agente ativo de inclusão e acolhimento (Machado, 2023).

A análise dos planos de desenvolvimento institucional revela que o compromisso com a formação integral exige que os serviços de psicologia atuem em interface direta com a assistência social e as coordenações de curso (Instituto [...] 2019). Essa abordagem interdisciplinar permite uma visão sistêmica e holística do estudante, compreendendo-o não apenas como um registro acadêmico, mas como um sujeito histórico e socialmente situado (Jorge, 2017).

A avaliação contínua e diagnóstica das necessidades estudantis permite que as intervenções institucionais sejam personalizadas e assertivas, atacando problemas específicos de cada campus ou curso (Alves, 2019). O dado estatístico sobre evasão e retenção ganha rosto e história quando cruzado com a análise psicossocial qualitativa, permitindo políticas públicas mais eficazes e focadas na realidade local (Bayer, 2021).

O fechamento desta análise demonstra que a integração orgânica entre o suporte psicossocial e o desempenho acadêmico consolida uma prática educativa pautada na ética, na cidadania e na justiça social (Adorno; Horkheimer, 2006). O sucesso acadêmico, nesta perspectiva ampliada, é medido pela capacidade do estudante de atuar de forma consciente, autônoma e transformadora na sociedade em que está inserido (Paiva, 2019).

3 METODOLOGIA

3.1 DESENHO METODOLÓGICO E JUSTIFICATIVA DAS FONTES

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa, voltada à compreensão dos aspectos psicossociais e das ações de apoio ao estudante na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A escolha por este delineamento justifica-se pela necessidade de analisar o fenômeno a partir de uma perspectiva macroestrutural, onde a pesquisa bibliográfica permite o exame crítico de produções acadêmicas consolidadas e a pesquisa documental possibilita o acesso a registros institucionais e normativas oficiais (Cellard, 2012; Lima; Miotto, 2007).

A seleção dos autores e documentos não foi aleatória, pautando-se na representatividade destes para o campo da Psicologia Escolar Crítica e das políticas para a Rede Federal. Optou-se por autores como Adorno (1995) e Patto (1999) devido à densidade teórica que oferecem para a compreensão da emancipação e do enfrentamento à medicalização. No plano documental, priorizaram-se as leis criadoras dos Institutos Federais e os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), por constituírem a base normativa que define a obrigatoriedade do suporte psicossocial e a missão institucional de formação integral (Brasil, 2008; Instituto [...] 2019).

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

A coleta de dados foi estruturada em duas frentes complementares. Primeiramente, realizou-se o levantamento bibliográfico em bases de dados como SciELO e Google Acadêmico, utilizando descritores como “Psicologia Escolar”, “Institutos Federais” e “Permanência Estudantil”. Em seguida, procedeu-se à análise documental de legislações (Leis nº 11.091/2005 e nº 11.892/2008) e relatórios de gestão que detalham as metas de assistência estudantil e o papel dos técnicos-administrativos na promoção da saúde mental escolar (Brasil, 2005a, 2008).

Os critérios para inclusão das fontes basearam-se na relevância (aderência direta ao contexto da EPT), atualidade (priorizando publicações dos últimos 15 anos para refletir a expansão dos IFs) e pertinência (documentos que explicitassem programas de mentoria ou tutoria). Tal recorte assegura que o panorama construído seja contemporâneo e capaz de dialogar com as atuais diretrizes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Almeida; Oliveira; Seixas, 2021).

3.3 TRIANGULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para conferir rigor científico e fidedignidade aos resultados, adotou-se a triangulação de fontes, método que permite o confronto dialético entre diferentes tipos de dados. Na prática, os dados da legislação vigente e das normativas institucionais foram confrontados com a teoria da Psicologia Escolar Crítica para entender como as ações de apoio (como tutoria e mentoria) são executadas nos IFs frente aos desafios reais de evasão e retenção (Diniz; Bissoli, 2020). Esse cruzamento permitiu identificar se as intenções expressas nos documentos oficiais encontram sustentação teórica e prática na literatura especializada.

A análise seguiu uma abordagem qualitativa-interpretativa, onde o material foi organizado em categorias temáticas após sucessivas leituras flutuantes e profundas. A validação das informações ocorreu por meio da análise de consistência interna, verificando a convergência entre os achados bibliográficos e os registros documentais das instituições. Ao invés de uma mera descrição, buscou-se a problematização dos achados, articulando-os de modo a construir uma compreensão crítica sobre o papel das políticas de suporte na trajetória do estudante da educação profissional (Bardin, 2016; Minayo, 2014).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 O DESCOMPASSO ENTRE A NORMATIVA INSTITUCIONAL E A PRÁTICA CRÍTICA

A análise dos documentos oficiais, como a Lei nº 11.892/2008 e os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), revela um compromisso explícito com a formação integral e a justiça social (Brasil, 2008). Entretanto, ao confrontar esses marcos regulatórios com a perspectiva de Adorno (1995), percebe-se que o conceito de formação integral muitas vezes corre o risco de ser esvaziado, tornando-se uma mera competência técnica adaptativa ao mercado. Enquanto a legislação foca na estrutura organizacional, a literatura da psicologia escolar crítica alerta que, sem uma reflexão sobre as estruturas de poder e dominação, a escola pode atuar apenas como um instrumento de regulação social, em vez de emancipação (Adorno; Horkheimer, 2006; Sawaya, 2001).

Nota-se uma convergência teórica entre autores como Freire (2018) e as diretrizes dos Institutos Federais quanto à relevância do suporte psicossocial para a permanência estudantil. Todavia, os relatórios institucionais consultados evidenciam que, na prática, o foco recai majoritariamente sobre indicadores de desempenho quantitativos (Almeida; Oliveira; Seixas, 2021). Esse cenário revela uma contradição, pois, embora os documentos citem a importância do bem-estar, a lógica produtivista neoliberal, analisada por autores como Dardot e Laval (2016), acaba por pressionar o estudante a uma adaptação forçada, transformando o suporte psicológico em uma ferramenta de ajuste do aluno ao sistema, e não em um espaço de acolhimento das subjetividades.

4.2 DESAFIOS PSICOSSOCIAIS: DA PATOLOGIZAÇÃO À MEDIAÇÃO INSTITUCIONAL

Os registros documentais apontam o estresse acadêmico e a ansiedade como os principais obstáculos à permanência nos cursos técnicos integrados (Guimarães; Silva, 2020). Sob a ótica de Collares e Moysés (2015), existe um risco iminente de esses desafios serem interpretados sob uma lógica de medicalização, onde o sofrimento decorrente da sobrecarga de estudos é lido como um transtorno individual do aluno. A discussão bibliográfica reforça que, ao isolar o problema no indivíduo, as instituições podem negligenciar falhas na organização do trabalho pedagógico e na infraestrutura, que são as verdadeiras geradoras de exclusão (Cabral; Sawaya, 2001; KLEIN, 2018).

A eficácia das ações de apoio, como workshops de habilidades socioemocionais citados em diversos relatórios de gestão, deve ser analisada com cautela (Faria; Mendes, 2020). Confrontando esses dados com Vygotsky (1998), a análise sugere que tais ações só atingem seu potencial quando promovem a mediação integral e o fortalecimento de vínculos, e não quando são aplicadas como intervenções pontuais e isoladas. O descompasso entre a teoria da psicologia escolar e a execução prática nos campi evidencia que a equidade educacional ainda esbarra em barreiras operacionais e na falta de uma padronização que garanta o mesmo nível de suporte em regiões periféricas (Costa, 2022; Lemos, 2020).

4.3 TUTORIA, MENTORIA E O PAPEL DO PSICÓLOGO NA EMANCIPAÇÃO

A análise detalhada dos programas de tutoria e mentoria descritos nos documentos institucionais revela que eles são os principais instrumentos de combate à evasão (Bayer, 2021; Cruz, 2022). No entanto, comparando esses programas com a teoria de Machado (2023), observa-se que o papel do psicólogo escolar nesses processos ainda é ambíguo, ora ele é visto como o corretor de desvios de aprendizagem, ora como um articulador político-pedagógico. A discussão bibliográfica insiste que a atuação do psicólogo nos IF deve transcender a queixa escolar, focando na construção de estratégias coletivas que considerem a diversidade cultural e econômica do corpo discente (Alves, 2019; Pereira, 2017).

Ao sintetizar os achados, as implicações para a Educação Profissional e Tecnológica são claras, visto que a promoção de ambientes favoráveis depende de uma integração orgânica entre gestão, docentes e equipes de saúde mental (Borges; Araújo, 2019). A literatura de Chauí (2006) e Morin (2011) reforça que o sucesso acadêmico não pode ser dissociado do compromisso ético com a cidadania. Assim, o fechamento desta análise indica que, embora os marcos teóricos e as legislações sejam sólidos, o verdadeiro desafio reside na superação da visão mercantilizada da educação, garantindo que as ações de suporte psicossocial sejam, de fato, motores de uma formação humana integral e transformadora (Freire, 2018; Paiva, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar os aspectos psicossociais na educação profissional e tecnológica, enfocando os desafios enfrentados pelos estudantes e as ações de apoio implementadas pelas

instituições de ensino. A análise bibliográfica e documental permitiu identificar que, apesar dos esforços institucionais para promover o bem-estar e a inclusão, persistem barreiras significativas relacionadas a fatores emocionais, sociais e acadêmicos. Entre os desafios mais recorrentes destacam-se a ansiedade, a sobrecarga de atividades, a dificuldade de adaptação ao ambiente acadêmico e a necessidade de suporte individualizado.

Observou-se que as ações de apoio, quando estruturadas de forma articulada e contínua, apresentam resultados positivos no engajamento e no desempenho acadêmico dos estudantes. Programas de tutoria, aconselhamento psicológico, acompanhamento pedagógico e atividades de integração social mostram-se essenciais para criar um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e estimulante. Todavia, a eficácia dessas ações depende da formação e sensibilização do corpo docente, da disponibilidade de recursos institucionais e do acompanhamento sistemático dos resultados.

A análise também evidenciou a importância de políticas institucionais que considerem a diversidade cultural, socioeconômica e emocional dos estudantes. A personalização do apoio e a criação de estratégias inclusivas contribuem não apenas para a permanência e sucesso acadêmico, mas também para o desenvolvimento integral do estudante, promovendo autoestima, autonomia e senso de pertencimento.

Apesar dos avanços identificados, lacunas permanecem, indicando a necessidade de pesquisas futuras que aprofundem a compreensão dos aspectos psicossociais na educação profissional e tecnológica. Estudos longitudinais poderiam avaliar o impacto do suporte psicossocial ao longo de toda a trajetória acadêmica, permitindo mensurar resultados em desempenho, retenção e bem-estar. Pesquisas comparativas entre instituições e contextos variados podem contribuir para identificar melhores práticas e modelos replicáveis de intervenção.

Além disso, a investigação sobre estratégias pedagógicas específicas, capacitação docente, integração entre tecnologia e suporte psicossocial, e a consideração de dimensões culturais e socioeconômicas podem fornecer subsídios valiosos para aprimorar políticas e programas de apoio aos estudantes. Tais pesquisas futuras são essenciais para consolidar uma educação profissional e tecnológica que seja inclusiva, acolhedora e capaz de responder de forma efetiva às demandas emocionais, sociais e acadêmicas dos estudantes.

O estudo reforça a necessidade de um olhar integrado sobre o estudante, considerando suas dimensões psicossociais como elementos centrais para a promoção do sucesso acadêmico e do desenvolvimento humano, e aponta caminhos promissores para pesquisas e práticas que possam fortalecer o suporte oferecido no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. Elementos do antissemitismo. *In*: ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ALMEIDA, M. R.; OLIVEIRA, I. F.; SEIXAS, P. S. Formação acadêmica e prática profissional dos psicólogos que trabalham em universidades federais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, p. e220014, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003220014>. Acesso em: 20 ago. 2025.

ALVES, V. S. **Delineando as fronteiras da psicologia no Instituto Federal do Maranhão: uma análise das vivências das(os) psicólogas(os)**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/2860/2/Vanessa%20da%20Silva%20Alves.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

ANDRADE, D. P. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, p. 211-239, jan. 2019.

ARENDT, H. A crise na educação. *In*: ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, p. 221-247, 1972.

AZANHA, J. M. P. Parâmetros Curriculares Nacionais e Autonomia da Escola, 2001. Disponível em: <http://www.hottopos.com/harvard3/zemar.htm>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BARBOSA, J. C. (no prelo). **Práticas em psicologia e educação e processos de subjetivação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais: cartografando possibilidades de (re)existência**. 2023. Tese. (Doutorado, Relatório de Qualificação) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

BAYER, J. S. M. **A docência no ensino técnico integrado ao médio durante o ensino remoto: as significações de professores de um campus do IFSP**. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/23631/2/Julia%20Sotto%20Maior%20Bayer.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BOHOSLAVSKY, R. A psicopatologia do vínculo professor-aluno: o professor como agente de socialização. *In*: PATTO, M. H. (org.) **Introdução à Psicologia escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

BORGES, E.; ARAÚJO, J. C. S. Educação profissional, dualidade estrutural e neoprodutivismo. **Revista Educação em Questão**, v. 57, n. 52, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2019v57n52ID16002>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BOTO, C. História da escola e da cultura escolar. *In*: LIMA, A. L. G.; CAZETTA, V. (Orgs.) **O ambiente escolar em transformação**. Campinas: Alínea, 2022.

BRASIL. Portaria nº 1.291 de 30 de dezembro de 2013. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 dez. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/41001-por-1291-2013-393-2016-setec-pdf/file>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 12 de julho de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.352, de 11 de outubro de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 out. 2006. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11352.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 jan. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

CABRAL, E.; SAWAYA, S. M. Concepções e atuação profissional diante das queixas escolares: os psicólogos nos serviços públicos de saúde. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 6, n. 2, p. 143-155, jul. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2001000200003>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CARDOSO, A. A. V.; OLIVEIRA, E. G. DE. Psicologia escolar e educacional na educação profissional e tecnológica: construindo práticas críticas. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 21, p. 130-143, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/46794>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CARVALHO, J. S. F. Escola curricular como problema filosófico: uma análise das diretrizes curriculares nacionais do ensino médio. **Educação em Revista**, v. 35, p. e192265, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698192265>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CATINI, C. DE R. Para a crítica da educação neoliberal - Entrevista com Christian Laval. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 22, n. 4, p. 1031-1040, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8658365>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CHAUÍ, M. DE S. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 2006.

COLLARES, C. A.; MOYSÉS, M. A. Preconceitos no cotidiano escolar. *In*: COLLARES, C.; MOYSÉS, M. A. **Ensino e medicalização**. Campinas: Cortez, p. 15-28, 1996.

CONSELHO Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica.** Brasília: CFP, 2013.

CONSELHO Regional de Psicologia de São Paulo. **Psicologia e educação:** contribuições para a atuação profissional. São Paulo: CRP SP, 2008.

CRUZ, B. A DE. **Lugares do cuidado:** uma cartografia da saúde mental no IFPA. 2022. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

DIAS, M. S. **Educação profissional e tecnológica:** desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2018.

DURKHEIM, É. **Educação e sociologia.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FARIA, C. R.; MENDES, M. Psicologia escolar no contexto das políticas públicas de educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, p. e250022, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782020250022>. Acesso em: 20 ago. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GADOTTI, M. **Educação e cidadania:** desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2001.
GALLI, A. P. Psicologia escolar e educacional: práticas no ensino técnico. **Revista Psicologia em Estudo**, v. 24, n. 2, p. 159-171, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v24i2.39987>. Acesso em: 20 ago. 2025.

GUIMARÃES, R. L.; SILVA, T. L. **Currículo e educação profissional:** reflexões críticas. Campinas: Alínea, 2020.

HERNÁNDEZ, R. **Metodologia da pesquisa científica.** 6. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2016.

IFPE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024.** Recife: IFPE, 2020. Disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/planodesenvolvimento>. Acesso em: 20 ago. 2025.

KLEIN, C. R. Psicologia escolar: práticas e políticas. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 1, p. 45-58, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0275201822e180045>. Acesso em: 20 ago. 2025.

LAVAL, C. **A crítica da educação neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2017.

LEMOS, A. Educação profissional no Brasil: histórico e desafios contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 5, n. 1, p. 23-41, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rbept.v5i1.8654>. Acesso em: 20 ago. 2025.

LIMA, A. L. G. **O ambiente escolar em transformação**. Campinas: Alínea, 2022.

MARTINS, H. **Sociologia da educação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 15. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2011.

PAIVA, V. L. Psicologia escolar e políticas públicas: desafios e perspectivas. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, v. 23, n. 1, p. 101-115, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0275201923e190101>. Acesso em: 20 ago. 2025.

PATTO, M. H. **Introdução à psicologia escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

PIAGET, J. **A linguagem e o pensamento da criança**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1976.

SAWYER, R. K. **Aprendizagem e desenvolvimento: teorias contemporâneas**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

SANTOS, B. DE S. **Epistemologias do Sul**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TERRA, L. Psicologia e educação: teoria e prática. **Revista Psicologia Escolar**, v. 21, n. 2, p. 77-88, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0275201721e170077>. Acesso em: 20 ago. 2025.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Recebido em: 23 de Setembro de 2025

Avaliado em: 30 de Março de 2026

Aceito em: 10 de Abril de 2026



**A autenticidade desse artigo
pode ser conferida no site
<https://periodicos.set.edu.br>**

1 Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Brasil. E-mail: jorgebandeira2@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3330-5824>

2 Graduanda de Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. E-mail: thayanegirao@alu.ufc.br | ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-8031-489X>

3 Doutora em Engenharia de Teleinformática – Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: carla.marques@ifrn.edu.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9608-3968>

Copyright (c) 2026 Revista Interfaces
Científicas - Educação



Este trabalho está licenciado sob uma
licença Creative Commons Attribution-
NonCommercial 4.0 International License.

